



Moção Temática

*“Reforma eleitoral - Mais proximidade, Mais representação, Mais Baixo Alentejo”
Comissão Política Distrital de Beja - PSD*

O Baixo Alentejo é hoje um território de oportunidade e de futuro, cujo posicionamento estratégico, aliado ao dinamismo da agricultura, da transformação agroindustrial, dos recursos endógenos e do turismo, reforça a sua capacidade de gerar crescimento, emprego e coesão territorial.

Apresenta um setor agrícola em expansão e mutação, gerador de riqueza e com um enorme potencial exportador. O setor turístico tem apresentado um crescimento consistente ao longo dos últimos anos, sendo uma região onde esse crescimento se tem mantido constante e atualmente encontra-se na vanguarda do setor energético com o atual impulso na criação de polos de produção de energias renováveis.

No Baixo Alentejo conhecemos os nossos adversários e os seus rostos, a desertificação, o despovoamento, a falta de representação política e institucional, ausência de oportunidades para fixar e atrair pessoas e a baixa coesão social.

O nosso distrito, o de Beja, e a estratégia que queremos que se concretize no âmbito da ação política do nosso partido, o Partido Social Democrata, não podiam deixar de ser a temática central da nossa moção.

A REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL

Ao longo desta década e fazendo uma análise simples dos resultados eleitorais, especialmente do crescimento dos valores da abstenção, verificamos que o afastamento dos eleitores dos atos eleitorais está a aumentar e apesar desta realidade necessitar de uma reflexão profunda, verificamos que os partidos têm sido relativamente indiferentes ao facto dos eleitores cada vez mais se sentirem afastados dos seus eleitos.

A reforma do sistema eleitoral que tem sido invocada por todos os partidos e governos, tem sido sucessivamente adiada e esse fator tem contribuído para o afastamento entre eleitores e eleitos, pois nos últimos atos eleitorais chegamos ao ponto em que quase metade dos portugueses não participam na escolha dos eleitos para o Parlamento e dessa forma abstêm-se na escolha do futuro para o seu país, muitas vezes por considerarem que o seu voto é inútil, a partir do momento em que é insuficiente para a eleger um deputado à Assembleia da República, agudizando as assimetrias regionais, pois essas são a base do afastamento dos eleitores dos atos eleitorais.

O Baixo Alentejo

Em Portugal num sistema baseado apenas na proporcionalidade populacional, o Baixo Alentejo, tal como outras regiões do interior, a braços com um retrocesso populacional, corre sérios riscos de ver ainda mais reduzida a sua representatividade parlamentar. O Alentejo representa sensivelmente uma terça parte do nosso território nacional e tendo por base os princípios da social-democracia não podemos considerar digno, que um terço do território nacional seja apenas responsável pela eleição de 8 deputados ao Parlamento, sendo que, muito provavelmente, nas próximas eleições legislativas (2029) este número venha a ser ainda mais reduzido.

O Baixo Alentejo, continua irremediavelmente adiado. Queremos que o Partido Social Democrata se constitua como determinante na apresentação e construção de soluções para o interior do país, e especialmente para o Baixo Alentejo, de forma a inverter os desequilíbrios territoriais que persistem e contribuindo para criar dinâmicas positivas nos planos, económicos, sociais e institucionais.

A PROPOSTA

A Constituição determina que o número de deputados eleitos por cada círculo eleitoral seja proporcional ao número de eleitores nele inscritos, contudo os tempos-trouxeram uma mudança que exige adaptação, especialmente no que diz respeito à alteração populacional.

A nossa proposta assenta em dois princípios fundamentais:

1º - Estipular um número mínimo de deputados a serem eleitos por cada círculo eleitoral, independentemente do número de eleitores, garantindo assim o princípio da proporcionalidade territorial em vez de nos cingirmos, apenas, à proporcionalidade demográfica. Assim, propomos que o número mínimo de deputados a eleger por cada círculo eleitoral nacional seja 4.

2º - Criação de um círculo nacional para que todos os eleitores não vejam os seus votos desperdiçados e desta forma contribuir para uma maior participação nos atos eleitorais. (Todos os votos que não servirem para eleger um deputado são transferidos para esse círculo nacional apurando assim os restantes deputados eleitos).

Entendemos que não há razão para reduzir o número de deputados a partir do momento em que o modelo é alterado, portanto propomos manter os 230 deputados, sendo 50 destes, apurados através do círculo nacional.

Consideramos, também, que deve ser aberta a discussão relativamente à hipótese de os militantes poderem escolher os deputados que querem ver a representar o seu círculo eleitoral nos círculos que elegem o número mínimo de deputados. Esta ideia permite uma muito maior proximidade entre eleitores e eleitos, e exige um maior compromisso e uma maior disponibilidade política dos deputados em prol dos seus círculos eleitorais.

O ALENTEJO E O SETOR AGRÍCOLA COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A estratégia de desenvolvimento do Alentejo comporta um triplo objetivo: um desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável. Estes são os três pilares do desenvolvimento sustentável de qualquer região

que tenha como desígnio responder positivamente aos anseios das gerações futuras e que deseje promover a qualidade de vida de todos os que dela façam parte.

Não podemos deixar de referir o potencial estratégico do setor agrícola para o desenvolvimento do Baixo Alentejo, que exige uma contínua definição e aplicação de políticas públicas que consolidem o seu dinamismo e continuem a incentivar o investimento. Mais do que um setor económico, a agricultura assume um papel determinante na ocupação e gestão ativa do território, contribuindo para a fixação das populações, para o combate à desertificação humana e económica, para o reforço da coesão territorial e para a valorização dos recursos endógenos. Simultaneamente, uma paisagem rural produtiva e gerida constitui um instrumento essencial de prevenção dos fogos rurais, reduzindo o abandono do território.

A Estratégia Nacional “Água que Une” constitui uma oportunidade histórica para Portugal afirmar uma nova visão de desenvolvimento assente na segurança hídrica, na resiliência territorial e na valorização dos seus recursos estratégicos. Num contexto de alterações climáticas, maior pressão sobre os recursos e crescente necessidade de reforçar a competitividade económica, esta estratégia assume especial relevância para o Alentejo e para o Baixo Alentejo, territórios onde a água representa um fator determinante para a agricultura, para a fixação de população, para a atração de investimento e para a criação de riqueza. Assente em princípios de eficiência, resiliência e inteligência na gestão da água, esta estratégia define um novo paradigma para garantir disponibilidade hídrica e promover a coesão territorial.

AS INFRAESTRUTURAS COMO MOTOR DA COESÃO TERRITORIAL

A coesão territorial deve reduzir as disparidades entre territórios, potenciando a atividade económica, tendo em conta os problemas sociais, promovendo a sustentabilidade e a qualidade de vida das populações.

Persistem, contudo, importantes desafios estruturais no território português, nomeadamente o desequilíbrio demográfico e económico entre as áreas metropolitanas e os territórios de baixa densidade, bem como a insuficiência de redes de transporte e

de comunicação capazes de aproximar regiões, reforçar a mobilidade e mitigar as desigualdades territoriais.

A estratégia de desenvolvimento regional que o PSD deve adotar para o distrito de Beja, deve ir ao encontro dos anseios das populações e deste modo a ação política do PSD no que concerne a projetos e ideias estruturantes, deve ter como prioridade o seguinte:

- Terminar a ligação da auto estrada entre Santa Margarida do sado e o aeroporto de Beja;
- Concretizar a eletrificação do troço ferroviário entre a Casa Branca e Beja;
- Concretizar a ampliação e requalificação do Hospital de Beja (há décadas adiado, mas já aprovado em Conselho de Ministros);
- O desenvolvimento e a sustentabilidade do Aeroporto de Beja, como um dos eixos estratégicos da região;
- Valorizar o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva como polo estratégico de desenvolvimento regional, promovendo a sua expansão de forma sustentável e responsável, assegurando prioritariamente a disponibilidade hídrica aos utilizadores já integrados no perímetro de rega e garantindo igualmente estabilidade e previsibilidade aos agricultores que, enquadrados em situações transitórias ou ainda não plenamente consolidadas, foram incentivados a investir recursos próprios com expectativa legítima de acesso futuro à água.

A presente moção pretende, com a sua aprovação no Congresso Nacional do PSD, reforçar o compromisso do Partido com as reformas necessárias ao aprofundamento da participação cívica e ao fortalecimento do sistema democrático, orientando simultaneamente a sua ação política para o reforço da coesão territorial e para a valorização dos territórios de baixa densidade. Neste contexto, assume particular relevância o investimento nas infraestruturas estruturantes indispensáveis ao desenvolvimento económico e social do país e, em especial, do Baixo Alentejo, promovendo maior competitividade, igualdade de oportunidades e qualidade de vida para as populações.